



# Banco Bandepe S.A.

CNPJ nº 10.866.788/0001-77

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:**  
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras do Banco Bandepe S.A. (Bandepe) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

**Mercado de Atuação**  
O Bandepe Instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, opera como Banco múltiplo e desenvolve suas operações através das carteiras comercial, de câmbio, de investimento e de crédito e financiamento.

**Patrimônio Líquido e Resultado**  
Em 31 de dezembro de 2024 o lucro líquido apresentado no acumulado do período foi de R\$ 490 milhões,

aumento de 3,54% em relação ao mesmo período acumulado do ano anterior. O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 5.820 milhões.

**Ativos e Passivos**  
Em 31 de dezembro de 2024, os ativos totais atingiram R\$ 11.051 milhões, destacando-se R\$ 10.550 milhões por Títulos e Valores Mobiliários. Os passivos totais atingiram R\$ 5.231 milhões, destaca-se R\$ 4.755 milhões de Depósitos Interfinanceiros.

**Auditoria Independente**  
A política de atuação do Bandepe na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer

serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander. O Bandepe informa que no semestre findo em 31 de dezembro de 2024, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

Ademais, o Bandepe confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 27 de março de 2025  
**A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS		
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		
	Nota	31/12/2024
<b>Ativo Circulante e Não Circulante</b>		<b>11.051.476</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>10.826.957</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4 e 5	277.241
Títulos e Valores Mobiliários	6	10.549.700
Outros Ativos Financeiros		16
<b>Outros Ativos</b>	<b>8</b>	<b>208.577</b>
<b>Ativos Fiscais</b>		<b>15.941</b>
Correntes		5.323
Diferidos		10.618
<b>Investimentos</b>		<b>1</b>
Outros Investimentos		1

BALANÇOS PATRIMONIAIS		
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		
	Nota	31/12/2024
<b>Passivo Circulante e Não Circulante</b>		<b>5.231.354</b>
<b>Depósitos</b>		<b>4.755.405</b>
Depósitos	9 e 13.c	4.755.405
<b>Outros Passivos</b>	<b>10</b>	<b>187.719</b>
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	11.b	10.595
Outras Provisões	10	482
Diversos	10	176.642
<b>Passivos Fiscais</b>	<b>7.b</b>	<b>288.230</b>
Correntes		288.230
Diferidos		-
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>12</b>	<b>5.820.122</b>
Capital Social	12.a	4.787.689
Reservas de Lucros		1.035.131
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(2.698)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>11.051.476</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota explicativa	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Estatutárias	Reserva	Próprios	Acumulados		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>4.787.689</b>	<b>220.939</b>	<b>529.699</b>	<b>(1.806)</b>	<b>-</b>	<b>5.536.521</b>	<b>-</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	2.747	-	-	2.747
Lucro Líquido		-	-	-	-	472.868	-	472.868
Destinações:								
Reserva Legal	12.c	-	23.643	-	-	-	(23.643)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-	(140.000)	-	-	(160.000)	(300.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	144.613	-	-	(144.613)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	144.612	-	-	(144.612)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>4.787.689</b>	<b>244.582</b>	<b>678.924</b>	<b>941</b>	<b>-</b>	<b>5.712.136</b>	<b>-</b>
<b>Mutações no Exercício</b>		<b>23.643</b>	<b>149.225</b>	<b>175.675</b>	<b>(3.639)</b>	<b>-</b>	<b>175.675</b>	<b>-</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>4.787.689</b>	<b>244.582</b>	<b>678.924</b>	<b>941</b>	<b>-</b>	<b>5.712.136</b>	<b>-</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(3.639)	-	-	(3.639)
Lucro Líquido		-	-	-	-	489.625	-	489.625
Destinações:								
Reserva Legal	12.c	-	24.481	-	-	-	(24.481)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-	(378.000)	-	-	(378.000)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	232.572	-	-	(232.572)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	232.572	-	-	(232.572)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>4.787.689</b>	<b>269.063</b>	<b>766.068</b>	<b>(2.698)</b>	<b>-</b>	<b>5.820.122</b>	<b>-</b>
<b>Mutações no Exercício</b>		<b>24.481</b>	<b>87.144</b>	<b>107.986</b>	<b>(3.639)</b>	<b>-</b>	<b>107.986</b>	<b>-</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2024</b>		<b>4.787.689</b>	<b>256.808</b>	<b>733.228</b>	<b>21</b>	<b>-</b>	<b>5.777.746</b>	<b>-</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(2.719)	-	-	(2.719)
Lucro Líquido		-	-	-	-	245.095	-	245.095
Destinações:								
Reserva Legal	12.c	-	12.255	-	-	-	(12.255)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-	(200.000)	-	-	(200.000)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	116.420	-	-	(116.420)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	116.420	-	-	(116.420)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>4.787.689</b>	<b>269.063</b>	<b>766.068</b>	<b>(2.698)</b>	<b>-</b>	<b>5.820.122</b>	<b>-</b>
<b>Mutações no Exercício</b>		<b>12.255</b>	<b>32.840</b>	<b>42.376</b>	<b>(2.719)</b>	<b>-</b>	<b>42.376</b>	<b>-</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**1. Contexto Operacional**  
O Banco Bandepe S.A. (Bandepe), controlado pela Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), constituído na forma de sociedade anônima, opera como Banco múltiplo e desenvolve suas operações através das carteiras comercial, de investimento e de crédito e financiamento. As operações do Bandepe são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados entre as instituições são absorvidos entre as mesmas e realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

### 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

**a) Demonstrações Financeiras**  
As demonstrações financeiras do Bandepe foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).  
O Bandepe é controlado pela Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), investimentos estes que totalizam o equivalente a 100% do Capital Social do Bandepe (Nota 13.b). As normas do Bacen preveem a apresentação de demonstrações consolidadas, não obstante, o Banco Santander foi consultado e não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controladora.

Na aplicação das políticas contábeis da companhia, a Administração deve exercer julgamentos e realizar estimativas sobre os valores contábeis de ativo e passivo, receitas e despesas dos períodos futuros. As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica nos fatos considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas, sendo quantificadas as estimativas e divulgadas em notas explicativas.

A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, na reunião realizada em 27 de março de 2025.

### a) Novas normas emitidas com vigência futura

**I - Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas**  
A Resolução CMN nº 4.966/2021, com as atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.100/2023 e demais normativos vinculados, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), convergindo os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. As principais mudanças referem-se: à classificação de instrumentos financeiros; ao reconhecimento de juros em caso de atraso; ao reconhecimento da taxa efetiva de juros contratual; à baixa a prejuízo e ao reconhecimento da provisão com base na perda esperada e classificação das operações com problemas de crédito.  
A adoção da referida normativa será aplicada prospectivamente e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua adoção serão reconhecidas em conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais.  
Não são esperados efeitos de alterações de categorias decorrentes da adoção da Resolução nº 4.966/2021.  
A Resolução CMN nº 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. A Lei nº 14.487/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

### b) A Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Bandepe.  
**3. Principais Políticas Contábeis**  
**a) Caixa e Equivalentes de Caixa**  
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.  
**b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**  
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.  
**c) Títulos e Valores Mobiliários**  
Conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:  
I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;  
II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período;  
III - Títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.  
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.  
**d) Investimentos**  
Os investimentos em sociedades coligadas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.  
**e) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**  
O Bandepe é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.  
As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as bases de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.  
As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 11.d) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação.  
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.  
No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Bandepe, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

**f) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)**  
O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias.  
**g) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**  
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, é de 20% nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019.  
Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O

reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao exercício em que se estima a realização do ativo e ou a liquidação do passivo.  
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.a.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.  
**h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos**  
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida incidentalmente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.  
**i) Juros sobre Capital Próprio**  
Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/20.  
**j) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes**  
Resultado não corrente do exercício é aquele que:  
I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e  
II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

As atividades típicas e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 17.  
**k) Eventos Subsequentes**  
Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:  
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e  
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>277.241</b>	<b>4.825</b>	<b>414.081</b>
Aplicações no Mercado Aberto	277.241	4.825	414.081
<b>Total</b>	<b>277.241</b>	<b>4.825</b>	<b>414.081</b>

As informações relativas a 31 de dezembro de 2022 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais e saldos finais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

### 5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>277.241</b>	<b>277.241</b>
Posição Bancada	277.241	277.241
Letras do Tesouro Nacional - LTN (nota 13.c)	277.241	277.241
<b>Total</b>	<b>277.241</b>	<b>277.241</b>

### 6. Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>10.554.845</b>	<b>10.547.407</b>
Títulos Públicos	2.293	2.067
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.293	2.067
<b>Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos</b>	<b>10.552.552</b>	<b>10.547.407</b>
Fundo Multimercado (1)	10.520.858	10.520.858
Fundo Imobiliário (2)	31.694	26.549
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>10.554.845</b>	<b>10.549.700</b>

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>10.554.845</b>	<b>10.547.407</b>
Títulos Públicos	2.293	2.067
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.293	2.067
<b>Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos</b>	<b>10.547.407</b>	<b>10.547.407</b>
Fundo Multimercado (1)	10.520.858	10.520.858
Fundo Imobiliário (2)	26.549	26.549
<b>Total</b>	<b>10.547.407</b>	<b>10.549.700</b>

**1) Sem De 1 a 3 anos**  
**2) Vencimento 3 anos**

As cotas de fundo de investimento em cotas de fundo multimercado destinam seus recursos substancialmente em títulos de investimento no Exterior.  
<sup>(1)</sup> As cotas de fundo de investimento em cotas de fundo imobiliário destinam seus recursos, substancialmente, em imóveis para renda.  
As cotas de fundo de investimento são atualizadas com base no valor da cota divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.  
O valor do custo amortizado/contábil é equivalente ao valor de mercado.  
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Bandepe não realizou operações com derivativos.

### 7. Ativos e Passivos Fiscais

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativos Fiscais Diferidos</b>	<b>15.941</b>	<b>4.952</b>
Ativos Fiscais Diferidos	10.618	4.952
Impostos e Contribuição a Compensar	5.323	4.952
<b>Total</b>	<b>15.941</b>	<b>4.952</b>
<b>Circulante</b>	<b>15.941</b>	<b>4.952</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>15.941</b>	<b>4.952</b>

**a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos**

	Origens	Saldo em 31/12/2024	Consti- tuição	Reali- zação	Saldo em 31/12/2024
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	9.789	8.632	3.885	539	(19)
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação	6.350	1.420	346	261	(312)
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda	10.050	1	-	5.698	(3.251)
Outras provisões e ajustes temporários	7.342	1.232	554	5.781	(3.031)
<b>Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>33.531</b>	<b>11.285</b>	<b>4.785</b>	<b>12.279</b>	<b>(6.613)</b>
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	670	670	167	-</	



# Banco Bandepe S.A.

CNPJ nº 10.866.788/0001-77

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em 2023, entretanto, o STF decidiu o Tema 372 por meio de Repercussão Geral, e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras, de forma a terem sido constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

### d) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, avaliados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações de natureza tributária com classificação de perda possível totalizaram R\$ 36.318.

**PIS e COFINS (JCP) Lei nº 12.973/14** - O principal processo de natureza tributária se refere a autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, pretendendo a exigência de PIS e COFINS sobre receitas que não decorrem da atividade preponderante da empresa, contrariando assim o novo texto legal trazido pela Lei Federal nº 12.973/2014. Em 31 de dezembro de 2024, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$ 16.232.

## 12. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, é composto por 3.589 mil ações ordinárias, respectivamente, todas nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

### b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

	31/12/2024			31/12/2023	
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	Líquido
Juros sobre Capital Próprio <sup>(1)</sup>	200.000	30.000	170.000	55,72	47,36
Juros sobre Capital Próprio <sup>(2)</sup>	178.000	26.700	151.300	49,59	42,15
<b>Total</b>	<b>378.000</b>	<b>56.700</b>	<b>321.300</b>	<b>105,31</b>	<b>89,52</b>

<sup>(1)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2024. O valor líquido dos Juros sobre o Capital Próprio foram pagos em 1 de março de 2025 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024.

<sup>(2)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2024. O valor líquido dos Juros sobre o Capital Próprio foram pagos em 28 de agosto de 2024 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024.

	31/12/2023			31/12/2023	
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	Líquido
Juros sobre Capital Próprio <sup>(1)</sup>	140.000	21.000	119.000	39,00	33,15
Juros sobre Capital Próprio <sup>(2)</sup>	160.000	24.000	136.000	44,58	37,89
<b>Total</b>	<b>300.000</b>	<b>45.000</b>	<b>255.000</b>	<b>83,58</b>	<b>71,04</b>

<sup>(1)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 23 de junho de 2023. O valor líquido dos Juros sobre o Capital Próprio foram pagos em 22 de agosto de 2023 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023.

<sup>(2)</sup> Deliberados pelo Conselho de Administração em 29 de dezembro de 2023. O valor líquido dos Juros sobre o Capital Próprio foram pagos em 29 de fevereiro de 2024 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023.

### c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

#### Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

#### Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações do Bandepe e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas as reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

## 13. Partes Relacionadas

### a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Bandepe realizada em 29 de abril de 2024, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos Administradores para o ano de 2024, no valor máximo de R\$10 mil. O Bandepe é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander. O Bandepe não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria e Planos de Aposentadoria Complementar.

### b) Participação Acionária

O Bandepe é controlado pela Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, que possui participação acionária direta de 3.589 mil ações ordinárias equivalentes a 100,00% do capital social.

### c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2024	31/12/2023	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>277.241</b>	<b>4.825</b>	<b>20.970</b>	<b>35.681</b>
Banco Santander (Brasil) <sup>(1)</sup>	277.241	4.825	20.970	35.681
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>10.520.857</b>	<b>17.610.913</b>	<b>1.204.553</b>	<b>2.855.852</b>
Santander Fundo de Investimento Diamantina	-	-	-	-
Multimercado Crédito	10.520.857	17.610.913	1.204.553	2.855.852
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>(4.755.405)</b>	<b>(11.768.586)</b>	<b>610.953</b>	<b>2.224.189</b>
Banco Santander (Brasil) <sup>(1)</sup>	(4.755.405)	(11.768.586)	610.953	2.224.189
<b>Dividendos e Bonificações a Pagar</b>	<b>(170.000)</b>	<b>(136.000)</b>	-	-
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil <sup>(2)</sup>	(170.000)	(136.000)	-	-
<b>Valores a Pagar Sociedades Ligadas (Nota 14)</b>	-	-	<b>(459)</b>	<b>(327)</b>
Banco Santander (Brasil) <sup>(1) (2)</sup>	-	-	(459)	(327)

<sup>(1)</sup> Controlador da Leasing.

<sup>(2)</sup> As despesas referem-se a despesas administrativas Convênio Operacional.

<sup>(3)</sup> Controlador do Bandepe

## DIRETORIA

### Diretor Presidente

Rafael Abujamra Kappaz

Alexandre Guimarães Soares

Carlos Aguiar Neto

Ede Ilson Viani

### Diretores Executivos

Izabella Ferreira Belisário

Paulo Sérgio Duailibi

### Diretor Vice-Presidente

Franco Raul Rizza

Reginaldo Antonio Ribeiro

Vanessa Alessi Manzi

### Contadora

Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC N° 1SP - 256989/O-0

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas  
Banco Bandepe S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bandepe S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos

## 14. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Doações Entidades Filantrópicas	82	1.417
Convênio Operacional - Banco Santander (Nota 13.c)	459	327
Serviços Técnicos Especializados e Terceiros	195	487
Serviços do Sistema Financeiro	900	1.220
Seguros	54	52
Propaganda e Publicidade	426	460
Outras	104	290
<b>Total</b>	<b>2.220</b>	<b>4.253</b>

## 15. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
Atualização de Depósitos Judiciais	9.706	18.298
Atualização de Impostos a Compensar	378	435
Reversão de Provisão PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98)	-	184.321
Reversão de Provisões Operacionais - Fiscais	-	441
Reversão de Provisões Operacionais - Trabalhistas	26	-
Reversão de Provisões Operacionais - Outros	35	-
Provisões Operacionais - Cíveis (Nota 11.b)	-	(44.003)
Provisões Operacionais - Fiscais	(431)	-
Atualização de Impostos	(147)	(1.545)
Obrigações de PIS e COFINS <sup>(1)</sup>	(9.693)	(196.013)
Outras	(47)	(65)
<b>Total</b>	<b>(173)</b>	<b>(38.131)</b>

<sup>(1)</sup> Em 2023, constituição da obrigação de PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98)

## 16. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº 4.910/2021, o Bandepe aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2025.



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht  
Contador CRC 1SP213429/O-7

